



Estratégia
Concursos

2º SIMULADO

CICLO BÁSICO

RECEITA FEDERAL

Simulado Especial

2º Simulado Ciclo Básico Receita Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Receita Federal;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Receita-Federal-25-07>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Texto**Meu ideal seria escrever...**

Meu ideal seria escrever uma história tão engraçada que aquela moça que está doente naquela casa cinzenta, quando lesse minha história no jornal, risse, risse tanto que chegasse a chorar e dissesse – “Ai, meu Deus, que história mais engraçada!”. E então a contasse para a cozinheira e telefonasse para duas ou três amigas para contar a história; e todos a quem ela contasse rissem muito e ficassem alegremente espantados de vê-la tão alegre. Ah, que minha história fosse como um raio de sol, irresistivelmente louro, quente, vivo, em sua vida de moça reclusa, enlutada, doente. Que ela mesma ficasse admirada ouvindo o próprio riso, e depois repetisse para si própria – “Mas essa história é mesmo muito engraçada!”.

Que um casal que estivesse em casa mal-humorado, o marido bastante aborrecido com a mulher, a mulher bastante irritada com o marido, que esse casal também fosse atingido pela minha história. O marido a leria e começaria a rir, o que aumentaria a irritação da mulher. Mas depois que esta, apesar de sua má vontade, tomasse conhecimento da história, ela também risse muito, e ficassem os dois rindo sem poder olhar um para o outro sem rir mais; e quem um, ouvindo aquele riso do outro, se lembrasse do alegre tempo de namoro, e reencontrassem os dois a alegria perdida de estarem juntos.

Que, nas cadeias, nos hospitais, em todas as salas de espera, a minha história chegasse – e tão fascinadamente de graça, tão irresistível, tão colorida e tão pura que todos limpassem seu coração com lágrimas de alegria; que o comissário do distrito, depois de ler minha história, mandasse soltar aqueles bêbados e também aquelas pobres mulheres colhidas na calçada e lhes dissesse – “Por favor, se comportem, que diabo! Eu não gosto de prender ninguém!”. E que assim todos tratassem melhor seus empregados, seus dependentes e seus semelhantes em alegre e espontânea homenagem à minha história.

E que ela aos poucos se espalhasse pelo mundo e fosse contada de mil maneiras, e fosse atribuída a um persa, na Nigéria, a um australiano, em Dublin, a um japonês, em Chicago – mas que em todas as línguas ela guardasse a sua frescura, a sua pureza, o seu encanto surpreendente; e que no fundo de uma aldeia da China, um chinês muito pobre, muito sábio e muito velho dissesse: “Nuca ouvi uma história assim tão engraçada e tão boa em toda a minha vida; valeu a pena ter vivido até hoje para ouvi-la; essa história não pode ter sido inventada por nenhum homem, foi com certeza algum anjo tagarela que a contou aos ouvidos de um santo que dormia, e que ele pensou que já estivesse morto; sim, deve

ser uma história do céu que se filtrou por acaso até nosso conhecimento; é divina”.

E, quando todos me perguntassem – “Mas de onde é que você tirou essa história?” -, eu responderia que ela não é minha, que eu ouvi por acaso na rua, de um desconhecido que a contava a outro desconhecido, e que por sinal começara a contar assim: “Ontem ouvi um sujeito contar uma história...”.

E eu esconderia completamente a humilde verdade: que eu inventei toda a minha história em um só segundo, quando pensei na tristeza daquela moça que está doente, que sempre está doente e sempre está de luto e sozinha naquela pequena casa cinzenta de meu bairro.

(Rubem Braga)

01. De acordo com o texto, ideal do autor seria escrever uma história que

- a) levasse o leitor a uma reflexão sobre o contexto política e social do país.
- b) revelasse a desumanidade em lidar com aspectos mais subjetivos.
- c) indicasse em sua escritura o próprio processo de produção do texto.
- d) influenciasse o leitor a romper com visões padronizadas sobre a vida.
- e) oferecesse conforto às pessoas que passam por experiências desagradáveis.

02. Segundo o texto, o autor estabelece uma comparação entre a suposta história e um raio de sol. Isso equivale a dizer que o desejo era que essa história fosse:

- a) leve para emocionar os leitores;
- b) elogiada para deixá-lo realizado;
- c) essencial para a vida dos leitores;
- d) vívida para despertar o ânimo dos leitores;
- e) insólita para acalmar os leitores.

03. Em qualquer tempo, que se ao cidadão o melhor serviço público que os governantes..... . Haverá plena correlação entre tempos e modos verbais na frase acima preenchendo-se as lacunas, respectivamente, com

- a) era necessário - oferecia - conseguem
- b) será necessário - oferecesse - conseguiriam
- c) é necessário - oferecesse - conseguissem
- d) é necessário - ofereça - consigam
- e) seria necessário - ofereça - têm conseguido

04. Está adequadamente empregado o elemento grifado na seguinte frase:

- a) Não se deve julgar ignorantes aqueles a quem discordamos por defenderem outras ideias.
- b) O pensamento de Lacan, de cujo é tributária uma linha da psicanálise moderna, segue sendo referência importante na formação de profissionais da saúde mental.
- c) O respeito de que se cercou a posição de ativista de Nelson Mandela permanece vivo nos dias atuais.
- d) É notável a perseverança à qual algumas culturas se prendem os valores que lhes eram próprios.
- e) É perceptível a inconsistência de certos conceitos, em cuja denúncia Foucault foi o responsável.

05. Sobre a estrutura sintática do período “Quem escuta e compreende a dor do outro demonstra empatia” a única alternativa com uma afirmação correta é

- a) o pronome “quem” desempenha a função de sujeito.
- b) o período é composto por subordinação.
- c) o termo “dor” exerce a função de predicativo.
- d) o termo “empatia” exerce a função de objeto indireto.
- e) As formas verbais “escuta” e “compreende” possuem complementos diferentes.

06. Sobre a pontuação, está correto o que se afirma em:

- a) “Inserida nas casas, a televisão concedia às famílias prestígio social”, a vírgula poderia ser substituída por dois pontos sem prejuízo para a correção.
- b) “Antes da televisão, existiam as radionovelas que povoam a imaginação dos ouvintes” ,a vírgula poderia ser retirada, sem prejuízo para a correção.
- c) “Frequentemente apenas uma pessoa – em geral, um adulto – era o responsável por ligar o aparelho de TV”, a substituição dos travessões por vírgulas prejudicaria a correção gramatical do período.
- d) “As revistas da época alardeavam as novidades: escolha de atores, curiosidades sobre o cenário, programação” os dois pontos indicam uma citação.
- e) “Possuir uma televisão que trazia as imagens para dentro de casa significava”, a inserção de uma vírgula depois da palavra televisão não causaria prejuízo para o sentido e manteria a correção gramatical.

07. Todas as palavras estão acentuadas de acordo com as normas oficiais em:

- a) As preferencias musicais dos jovens mudaram nos ultimos anos.
- b) Atualmente os jovens lêem mais do que antigamente, com as facilidades permitidas pela internet.
- c) Os programas que contém conteudos impróprios devem ser evitados.
- d) As multiculas constituem as sociedades contemporaneas de forma irreversível.
- e) A partir do sistema de cotas, notou-se um aumento considerável de ingresso de jovens indígenas nas universidades públicas.

08. Estão plenamente acatadas as normas de concordância verbal na seguinte frase:

- a) Os Estados Unidos invadiu o Iraque mais de uma vez.
- b) Sempre há um ou outro que chegam atrasados.
- c) Foi três quilômetros até a cidade mais próxima.
- d) Faz dois anos que não tiro férias.
- e) Devem haver bons filmes hoje.

09. A conjunção que apresenta valor concessivo à oração é:

- a) A vida tem sentido, **por mais que** pareça absurda.
- b) Há dúvidas sobre a permanência do ministro, **caso** as reclamações aumentem.
- c) **Como** vimos, o noticiário foi tendencioso e apresentou só um lado do fato.
- d) **À medida que** nos aproximamos da data, vamos ficando mais nervosos.
- e) Saiu disfarçadamente, **a fim de que** ninguém o encontrasse.

10. A única frase em que o verbo **implicar** está incorretamente empregado é:

- a) O depoimento da vítima implicou você no acidente.
- b) O fato de você se recusar a depor implicará em consequências sérias.
- c) O vizinho está visivelmente implicando com você.
- d) A pesquisa para descobrir a vacina implica investimentos na ciência.
- e) As mentiras recorrentes implicaram a demissão dele.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

11. No que se refere à improbidade administrativa, com base na Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- a) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis tão-somente a agentes públicos.
- b) As sanções de perda da função pública e de ressarcimento integral do dano só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) A ação de ressarcimento ao erário fundada na prática de ato culposo é imprescritível.
- d) A aplicação das sanções previstas na referida Lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- e) Admite-se conduta culposa apenas naqueles atos que causam lesão ao erário, sendo que, nas demais categorias, só é admitida a conduta dolosa.

12. Julgue os itens a seguir sobre o processo administrativo e assinale a alternativa correta.

- a) Da revisão do processo administrativo poderá resultar agravamento da sanção.
- b) A desistência ou renúncia do interessado prejudica o prosseguimento do processo administrativo.
- c) Após o término da etapa de instrução, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir sobre o processo administrativo, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- d) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.
- e) O comparecimento do administrado não supre as irregularidades de intimação nula.

13. Assinale a afirmativa incorreta a respeito da organização da Administração Pública.

- a) A desconcentração é técnica utilizada para distribuir internamente as competências administrativas, ocorrendo exclusivamente dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- b) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação jurídica dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão.
- c) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- d) Agência executiva consiste na qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o Poder Público.
- e) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

14. Com base na Lei nº 8.666/93, assinale a afirmativa correta a respeito de contratos administrativos e licitações públicas.

- a) A empreitada por preço global é o regime utilizado quando se contrata um empreendimento em sua integralidade.
- b) As compras, sempre que possível, deverão tomar como base os preços praticados na iniciativa privada.
- c) Em relação à documentação relativa à qualificação técnica, é permitida exigência de comprovação de atividade com limitações de tempo ou época.
- d) Os contratos administrativos podem ser alterados de forma unilateral pela Administração quando for necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço.
- e) A Administração Pública responde de forma solidária com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

15. A respeito da disciplina concernente à prestação do serviço público, é correto afirmar que:

- a) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, mediante licitação na modalidade concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- b) A permissão de serviço público é a delegação da titularidade e de sua prestação, mediante licitação na modalidade concorrência.
- c) A interrupção da prestação do serviço público devido ao inadimplemento do usuário caracteriza-se como descontinuidade do serviço.
- d) A intervenção na concessão deve ser feita por meio de lei.
- e) A subconcessão não é admitida, em qualquer hipótese.

16. Conforme dispõe expressamente a Lei nº 8.112/90, a reversão:

- a) é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
- b) é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

c) poderá ser realizada a servidor aposentado que possuir 80 anos.

d) é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

e) resulta da invalidação de demissão por decisão administrativa ou judicial.

17. No que se refere à extinção dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

a) A cassação é forma de extinção de ato válido por razões de conveniência e oportunidade da Administração.

b) Atos que integram procedimento em regra são passíveis de revogação.

c) Atos que possuem vício de finalidade podem ser convalidados.

d) A caducidade de um ato administrativo ocorre quando legislação superveniente torna insustentável o ato anteriormente praticado.

e) A anulação realizada pela Administração depende da provocação do interessado.

18. Em relação à disciplina da Lei federal 8.112/1990 atinente ao processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta:

a) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar requer exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

b) A revisão do processo disciplinar poderá se dar a pedido do interessado, desde que obedecido o prazo prescricional de cinco anos.

c) A autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 120 dias, prorrogáveis por igual período, sem prejuízo da remuneração.

d) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar é falha de estatura constitucional.

e) É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial

19. Quanto à Certidão Negativa de Débitos Tributários (CNDT), é correto afirmar que:

- a) consiste em ato administrativo negocial.
- b) a Administração deverá comprovar sua validade perante o contribuinte como condição para viabilizar a produção de efeitos.
- c) é ato administrativo constitutivo.
- d) trata-se de ato punitivo.
- e) é ato externo.

20. Em relação ao registro, por parte dos tribunais de contas, dos atos de concessão de aposentadoria, é correto afirmar que

- a) a decisão do Tribunal de Contas ao negar registro de admissão de pessoal está sujeita à revisão pelo Poder Legislativo respectivo, considerando-se a corte de contas como órgão auxiliar do Legislativo.
- b) o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo de 5 anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- c) alcança as aposentadorias concedidas pelo Instituto do Seguro Social (INSS) à conta do regime geral de previdência social.
- d) decorre do fato de as aposentadorias constituírem atos compostos.
- e) alcança as aposentadorias de ocupantes de cargos em comissão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com

quórum de maioria qualificada de dois terços, no mínimo, em cada turno, em cada Casa.

c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.

e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

22. Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, indique a opção correta.

a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.

e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

23. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, indique a única alternativa que contém uma afirmação INCORRETA:

- a) Os direitos e garantias fundamentais não possuem conteúdo patrimonial, razão por que são intransferíveis, inegociáveis e não são alcançados por prescrição.
- b) Os direitos fundamentais não são absolutos, de forma que podem encontrar limitações em outros direitos constitucionalmente consagrados. No entanto, ensina Norberto Bobbio que alguns direitos não admitem a relativização, tais como o direito de não ser torturado e o de não ser escravizado.
- c) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, classificou os direitos e garantias fundamentais em três categorias, a saber: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais e Direitos de Nacionalidade.
- d) Os direitos fundamentais, em sua dimensão subjetiva, são concebidos sob a perspectiva do indivíduo, de forma que configuram posições jurídicas oponíveis ao Poder Público e à atuação do particular.
- e) A primeira geração dos direitos fundamentais, século XVIII, foi pautada em teorias liberais que objetivavam a defesa das liberdades individuais. Direitos civis, individuais e políticos estão classificados nessa geração, composta por direitos negativos.

24. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Ao Supremo Tribunal Federal cabe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República.
- b) São legitimados para propositura da ação direta de inconstitucionalidade a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) Comumente chamada de mandado de injunção, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, é concedida na falta de regra regulamentadora que impossibilite o exercício de direitos fundamentais ou de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania ou à cidadania.

d) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.

e) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

25. A Constituição Federal assegura em seu artigo 5º a liberdade como um dos direitos fundamentais básicos. A respeito da liberdade de associação, dedicou vários incisos, de acordo com os quais é correto afirmar que

- a) é plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.
- b) a criação de associações deve observar o princípio da unicidade, de modo que, numa mesma base territorial, sendo a menor a área de um município, apenas uma associação de mesma finalidade poderá ser criada.
- c) uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ter compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.
- d) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. No mandado de segurança coletivo, entretanto, ocorre a substituição processual, de maneira que não há a necessidade de autorização dos associados, para que as entidades associativas sejam impetrantes do *mandamus* em benefício daqueles.
- e) Não prejudica o direito de liberdade de associação a exigência legal de que a utilização de benefício assistencial, no período do defeso, depende da comprovação de estar cooperado.

26. No que se refere à organização do Estado, conforme disposto no Título III da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.
- b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.
- c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com Estados e Distrito Federal, não está expressa na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos Municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.
- d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.
- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos Estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

27. Conforme disposto na Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, sem a sanção do Presidente da República,

- a) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- b) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- c) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- d) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus

componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

- e) conceder anistia.

28. A respeito da Ordem Social, aponte a alternativa correta:

- a) O Sistema Único de Saúde é constituído de ações e serviços públicos de saúde que têm por diretrizes a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, o atendimento integral e a participação da comunidade.
- b) A assistência social será prestada a quem for contribuinte da seguridade social. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base na descentralização político-administrativa e na participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- c) A educação básica deverá ser prestada gratuitamente a todos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na idade própria. Assim como a educação básica, o ensino médio gratuito constitui direito público subjetivo.
- d) A demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios deve ser feita pelos Estados-membros, observado o disposto em lei federal, de forma a respeitar a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições das populações indígenas.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bens da União, são destinadas à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

29. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

30. Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do recebimento do projeto, vetou-o por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

- a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.
- b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.
- c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

- d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.
- e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

31. Considere a sentença: “Se uma pessoa tem dinheiro então não tem problemas”.

Independente do fato de que cada um pode considerar essa sentença verdadeira ou falsa, uma sentença que tem o mesmo valor lógico dela é

- a) se uma pessoa não tem problemas então tem dinheiro.
- b) se uma pessoa não tem dinheiro então tem problemas.
- c) se uma pessoa tem problemas então não tem dinheiro.
- d) uma pessoa tem dinheiro ou tem problemas.
- e) uma pessoa não tem dinheiro ou tem problemas.

32. Considere a afirmação abaixo.

Se contratei um empréstimo com juros maiores do que antes, então pagarei um montante maior.

A afirmação que corresponde à negação lógica desta é

- a) Se não paguei um montante maior, então não contratei um empréstimo com juros maiores.
- b) Contratei um empréstimo com juros maiores do que antes ou pagarei um montante maior.
- c) Se contratei um empréstimo com juros menores do que antes, então pagarei um montante maior.
- d) Contratei um empréstimo com juros maiores do que antes e não pagarei um montante maior.
- e) Não contratei um empréstimo com juros maiores do que antes ou não pagarei um montante maior.

33. Durante um campeonato de futebol com 36 partidas, uma equipe ganhou 10 partidas a mais do que perdeu e empatou uma partida a mais do que ganhou. Se essa equipe ganha 3 pontos por cada vitória, perde 1 ponto por derrota e nem ganha nem perde pontos pelos empates, então a pontuação final dessa equipe foi:

- a) 30
- b) 35
- c) 40
- d) 45
- e) 50

34. Guilherme está indo viajar. Ele está decidindo entre o hotel A (diária de R\$ 250,00) e o B (diária de R\$ 200,00). Ele calculou e percebeu que, se escolhesse o hotel B, poderia ficar três dias a mais do que se escolhesse o hotel A. Guilherme tem disponível, para essas diárias, uma quantia total de

- a) R\$ 3000,00.
- b) R\$ 2500,00.
- c) R\$ 2000,00.
- d) R\$ 3300,00.
- e) R\$ 3500,00.

35. Para um passeio de barco no rio Negro, há bilhetes com preços diferenciados para crianças e adultos. Uma família com 2 adultos e 3 crianças pagou 124 reais pelo passeio, e outra família, com 3 adultos e 5 crianças, pagou 195 reais pelo mesmo passeio. Assinale a opção que indica o valor pago, em reais, por uma família composta por 1 adulto e 1 criança.

- a) 50.
- b) 51.
- c) 52.
- d) 53.
- e) 54.

36. Em um clube com 160 associados, três pessoas, A, B e C (não associados), manifestam seu interesse em participar da eleição para ser o presidente deste clube. Uma pesquisa realizada com todos os 160 associados revelou que

- 20 sócios não simpatizam com qualquer uma destas pessoas.
 - 20 sócios simpatizam apenas com a pessoa A.
 - 40 sócios simpatizam apenas com a pessoa B.
 - 30 sócios simpatizam apenas com a pessoa C.
 - 10 sócios simpatizam com as pessoas A, B e C.
- A quantidade de sócios que simpatizam com pelo menos duas destas pessoas é

- a) 40.
- b) 50.
- c) 60.
- d) 70.
- e) 80.

37. Guilherme afirmou: "Todos as questões deste simulado são difíceis".

Sabe-se que a afirmativa de Guilherme é falsa. Assim, é correto concluir que

- a) alguma questão deste simulado não é difícil.
- b) todas as questões do simulado não são difíceis.
- c) duas questões do simulado não são difíceis.
- d) nenhuma questão do simulado é difícil.
- e) pelo menos uma questão deste simulado é de Raciocínio Lógico.

38. Assinale a alternativa que indica uma correta negação da proposição "Nenhum número natural é primo e é par".

- a) Existe um número natural primo que é par.
- b) Todo número natural não é primo e não é par.
- c) Existe um número natural que é primo ou é par.
- d) Nenhum número natural é par ou não é primo.
- e) Existe um número natural ímpar que não é primo ou não é par.

39. A afirmação logicamente equivalente à sentença: “Se o número 5 ou 8 for sorteado, então eu serei rico e famoso” é:

- a) Se eu não for rico ou famoso, então os números 5 e 8 não serão sorteados.
- b) Se eu não for rico e famoso, então os números 5 e 8 não serão sorteados.
- c) Se o número 5 ou 8 não for sorteado, então eu não serei rico e famoso.
- d) Se o número 5 ou 8 não for sorteado, então eu não serei rico ou não serei famoso.
- e) Se eu não for rico ou famoso, então ou o número 5 ou o número 8 não será sorteado.

40. O ano de 2018 teve um dia que caiu exatamente no “meio do ano”, ou seja, as quantidades de dias do ano de 2018 antes e depois dessa data são iguais. Essa data foi

- a) 29 de junho.
- b) 30 de julho.
- c) 1 de julho.
- d) 2 de julho.
- e) 3 de julho.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

41. Em relação à jurisprudência dos tribunais superiores, julgue as assertivas abaixo:

- I-) Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.
- II-) A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial, mesmo que não se tenha exaurido a instância administrativa com o decurso do prazo

para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo.

III-) A taxa de juros de mora incidente na repetição de indébito de tributos estaduais não tem a necessidade de corresponder à utilizada para cobrança do tributo pago em atraso, podendo ser diferentes uma da outra.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- d) I e II, apenas
- d) I, II e III.
- e) II e III, apenas.

42. Acerca das disposições constitucionais sobre a repartição das receitas tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) Pertence aos Municípios todo o Imposto de Renda incidente na fonte (IRRF) sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, pelas empresas situadas em seus territórios.
- b) Pertencem aos Municípios 29% do que os Estados receberem da União a título de participação na CIDE-Combustíveis, segundo critérios estabelecidos em lei.
- c) Serão destinados aos Estados e ao Distrito Federal 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados a título de compensação das exportações. Cada Estado deve repassar 25% do recebido aos seus Municípios. A participação dos Estados e do Distrito Federal no fundo de compensação às exportações será proporcional ao valor das exportações de produtos industrializados realizadas por cada um, contudo, nenhum poderá receber mais de 20% do valor total do fundo.
- d) O Fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal corresponde a 22,5% do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- e) Pertencem aos Estados 29% dos Impostos Residuais.

43. Em relação à jurisprudência dos tribunais superiores, julgue as assertivas abaixo:

I-) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para seus sócios.

II-) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

III-) A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas
- d) I, II e III.
- e) II, apenas.

44. Na data de 5/2/2012, um contribuinte recolheu aos cofres públicos R\$ 120,00 referente a uma taxa municipal instituída por serviço público específico e divisível prestado a ele. Contudo, após verificar a legislação tributária aplicável, constatou que deveria ter recolhido a referida taxa no valor de R\$ 100,00, razão pela qual solicitou administrativamente, em 5/2/2014, a restituição do valor pago a mais. Entretanto, em 2/1/2016, seu pedido foi indeferido pela administração. Como estudava para concursos fiscais, o contribuinte, conhecedor do Direito Tributário, ajuizou ação de repetição de indébito em 5/3/2017.

Na situação narrada, a ação de repetição de indébito deve ser julgada

- a) procedente, pois foi apresentado pelo contribuinte pedido tempestivo de restituição na via administrativa.
- b) procedente, pois foi ajuizada, dentro do prazo de cinco anos após a decisão administrativa que indeferiu a restituição, a ação de repetição do indébito tributário.

c) improcedente, pois como ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, não poderia o contribuinte alegar que tomou conhecimento do montante correto apenas após verificar a legislação tributária aplicável.

d) improcedente, pois não houve prévio protesto à administração tributária local.

e) improcedente, pois seu direito à repetição do indébito tributário foi atingido pela prescrição, tornando seu pagamento irrepitível.

45. Em relação à jurisprudência dos tribunais superiores, julgue as assertivas abaixo:

I-) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar cautelar ou antecipatória.

II-) O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

III-) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas
- s) I, II e III.
- e) II, apenas.

46. Alice, prima de Fernando, adquiriu, em alienação judicial, ocorrida durante processo falimentar, a loja de artigos para animais “Minuê Minuê”, que era de propriedade de seu primo, e retomou as atividades, no mesmo ramo, logo após tomar posse do estabelecimento, sob a razão social Nina Canina. Fernando, envergonhado por ter bebido os lucros de sua antiga loja, mudou-se para o Tibet, não mais se tendo notícias de sua pessoa. Nessa hipótese, os débitos tributários da antiga loja “Minuê Minuê” existentes até a data da transferência de titularidade são de responsabilidade:

- a) da adquirente Alice, integralmente.
- b) do alienante Fernando, integralmente.

- c) da massa falida, exclusivamente.
- d) da adquirente Alice e, subsidiariamente, do alienante Fernando.
- e) da adquirente Alice e do alienante Fernando solidariamente.

47. Sobre as limitações ao poder de tributar, é correto afirmar que:

- a) Conforme prescreve o princípio da legalidade, todos os tributos devem ser instituídos por lei, salvo as exceções constitucionalmente previstas, entre elas o Imposto de Importação, o de Exportação, o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto sobre Operações Financeiras.
- b) Conforme prescreve o princípio da anterioridade anual, é vedado a qualquer dos entes federativos (União, Estados, DF e Municípios) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que a lei que os instituiu ou aumentou adquira vigência.
- c) Medida provisória que implique instituição ou majoração do IPI, só produzirá efeitos no exercício seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- e) A vedação da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou não se aplica às Contribuições para Financiamento da Seguridade Social.

48. Assinale alternativa INCORRETA a respeito das preferências do crédito tributário

- a) Sujeita-se a concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público, sucessivamente, União, Estados e Distrito Federal, conjuntamente e pro rata e Municípios, conjuntamente e pró-rata.
- b) A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- c) Nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos

Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, sem exceções.

d) Na falência, contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acréscidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Pública interessada.

e) No processo de inventário ou arrolamento, o crédito tributário possui preferência absoluta.

49. Em relação à moratória, assinale a alternativa correta:

a) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos após à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

b) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora com imposição da penalidade cabível, em qualquer caso.

c) Se houver revogação, nos casos de dolo do beneficiado, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito de cobrança do crédito.

d) O despacho da autoridade competente que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos: o prazo de duração do favor e as condições de sua concessão.

e) A moratória somente pode ser concedida em caráter geral pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios,

quando simultaneamente concedida quanto aos impostos de competência federal.

50. Acerca das disposições do CTN sobre a fiscalização tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A lei, em sentido estrito, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
- b) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a decadência dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- c) A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei complementar.
- d) A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- e) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, apenas nos casos em que se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Gilmar Possati

51. Em 31/12/2019, a Cia. Atlas adquiriu 70% das ações da Cia. Bravo por R\$ 4.500.000,00 à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Bravo era R\$ 5.400.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 5.900.000,00.

No período de 01/01/2020 a 30/06/2020, a Cia. Bravo reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido do primeiro semestre de 2020: R\$ 400.000,00

- Distribuição de dividendos: R\$ 150.000,00

Considerando as informações acima descritas, o valor reconhecido pela Cia. Atlas na conta "Investimentos em Controladas", na data de aquisição e o saldo dessa conta em 30/06/2020 foram, respectivamente:

- a) R\$ 3.780.000,00 e R\$ 3.955.000,00
- b) R\$ 3.780.000,00 e R\$ 4.165.000,00
- c) R\$ 4.130.000,00 e R\$ 4.305.000,00
- d) R\$ 4.500.000,00 e R\$ 4.675.000,00
- e) R\$ 4.500.000,00 e R\$ 4.885.000,00

52. O Balanço Patrimonial da empresa Possati S.A. apresentava, em 31/12/2018, as seguintes provisões reconhecidas:

Tipo de Processo	Provisão reconhecida em 31/12/2018 (R\$)
Trabalhista	90.000,00
Tributário	240.000,00
Ambiental	140.000,00

Em 2019, ocorreram os seguintes fatos:

- a. uma decisão judicial fez com que o valor correspondente ao processo trabalhista fosse revisado para R\$ 130.000,00.
- b. um novo processo cível foi movido contra a empresa no mesmo ano, pelo valor estimado de R\$ 80.000,00.
- c. ao final de 2019 foram reavaliadas as situações dos demais processos.

Considerando esses fatos, em 31/12/2019, a situação era a seguinte:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2019	Valor estimado de perda em 31/12/2019 (R\$)
Trabalhista	Provável	130.000,00
Tributário	Possível	270.000,00
Ambiental	Provável	190.000,00
Cível	Possível	80.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2019 da empresa Possati S.A., relacionado às provisões apresentadas foi, em reais,

- a) redução de 120.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 190.000,00.
- d) aumento de 120.000,00.
- e) aumento de 170.000,00.

53. A empresa Audaziana S.A apresentou as seguintes informações relacionadas a determinado ativo imobilizado ao final do exercício social de 2019 (31.12.2019):

- Valor Líquido de Venda R\$ 400.000,00
- Valor em Uso R\$ 350.000,00

Saldos Contábeis

- Valor contábil bruto R\$ 900.000,00
- Depreciação acumulada R\$ 200.000,00
- Perda estimada em valor não recuperável R\$ 50.000,00

Com base nas informações acima descritas e no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, a empresa deverá:

- a) computar uma perda para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 300.000,00
- b) não deverá computar nenhuma perda para redução a valor recuperável
- c) computar uma perda para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 250.000,00
- d) reverter a perda anteriormente reconhecida no valor de R\$ 50.000,00
- e) computar uma perda para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 200.000,00

54. A tabela abaixo apresenta as aplicações financeiras realizadas pela Companhia Detonando Tudo S.A. no dia 01/12/2019.

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2019 (R\$)
10.000,00	31/08/2022	Mensuração ao custo amortizado	3% a.m.	12.500,00
10.000,00	30/09/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1% a.m.	10.500,00
10.000,00	31/07/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	2% a.m.	10.600,00

Considerando as características de cada aplicação, bem como a forma de mensuração definida pela companhia para cada uma delas, conforme descrito na tabela, pode-se afirmar que o valor total destas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da companhia, em 31/12/2019, foi, em reais,

- a) 30.000,00.
- b) 35.500,00.
- c) 33.600,00.
- d) 31.400,00.
- e) 36.000,00.

55. A empresa Smart S.A. adquiriu, em 31/12/2019, um equipamento para utilizar em seu processo produtivo por meio de um arrendamento mercantil financeiro. A operação teve as seguintes características:

- 50 prestações mensais, iguais e consecutivas de R\$ 3.500,00.
- No momento da aquisição, a taxa de juros implícita na operação era de 1% a.m. e o valor justo das prestações e o valor presente da máquina eram, respectivamente, R\$ 100.000,00 e R\$ 120.000,00.

Com base nessas informações, é correto afirmar que, em 31/12/2019, a empresa reconheceu um ativo

- a) e um passivo no valor de R\$ 120.000,00.
- b) e um passivo no valor de R\$ 100.000,00.
- c) e um passivo no valor de R\$ 180.000,00.
- d) e um passivo no valor de R\$ 120.000,00 e uma despesa financeira no valor de R\$ 1.000,00.
- e) no valor de R\$ 120.000,00, um passivo no valor de R\$ 180.000,00 e uma despesa financeira no valor de R\$ 1.500,00.

56. A Cia. Strategy apresentava, em 31/12/2019, os seguintes saldos em algumas contas contábeis, com valores em reais:

Estoque inicial de mercadorias	3.000,00
Compras de mercadorias	1.000,00
Receita de vendas	5.900,00
Devolução de vendas	3.50,00
Estoque final de mercadorias	1.550,00
Comissões de vendas	600,00

Devolução de compras	300,00
Despesas financeiras	100,00
Impostos sobre vendas	800,00
Frete sobre vendas	200,00

Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas e o lucro bruto foram, respectivamente, em reais,

- a) 2.150,00 e 1.700,00.
- b) 2.150,00 e 2.600,00.
- c) 2.350,00 e 2.600,00.
- d) 2.350,00 e 1.700,00.
- e) 2.150,00 e 1.500,00.

57. Considerando as disposições presentes no CPC 04 – Ativo Intangível analise as assertivas abaixo.

I – Ativo intangível é um ativo monetário, identificável e sem substância física.

II – Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais

III – Os gastos com pesquisa de ativos intangíveis gerados internamente devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Está(ão) corret(a)os:

- a) I, apenas
- b) I e II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) III, apenas
- e) I, II e III.

58. Julgue os itens abaixo em Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que descreve a sequência correta.

() Um dos objetivos da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é identificar a parte do lucro líquido ou prejuízo líquido apurado pelo regime de competência convertido em dinheiro.

() Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, mesmo que sujeitas a risco de mudança de valor. () As atividades de investimento e financiamento são as

principais atividades geradoras de receita da entidade.

- a) V, V, V.
- b) V, V, F.
- c) V, F, F.
- d) F, V, V.
- e) F, F, V.

59. Analise os itens abaixo referentes à Demonstração do Valor Adicionado (DVA):

I – Um dos principais componentes da riqueza criada pelas companhias são as receitas. Para fins de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as receitas referentes a venda de mercadorias, produtos e serviços corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

II – Para fins de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc. consumidos, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

III – Um dos principais componentes da distribuição da riqueza obtida pela entidade, evidenciada na demonstração do valor adicionado, são os impostos, taxas e contribuições. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos.

Está(ão) correto(s):

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

60. Em 31/12/2012, a empresa Bravo adquiriu um ativo imobilizado por R\$ 200.000,00 à vista. Na data da aquisição, a vida útil econômica estimada desse ativo era de 5 anos e o valor residual era R\$ 50.000,00. Em 01/01/2014, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente do ativo para 8 anos e valor residual para R\$ 0,00 (zero). O valor contábil apresentado pela empresa Bravo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, foi:

- a) R\$ 140.000,00
- b) R\$ 145.000,00
- c) R\$ 148.750,00
- d) R\$ 150.000,00
- e) R\$ 151.250,00

AUDITORIA

Guilherme Santana / Tonyvan Carvalho

61. Com base na NBC TA 200(R1), que dispõe sobre os objetivos gerais da auditoria e do auditor independente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A forma da opinião expressa pelo auditor depende da estrutura de relatório financeiro aplicável e de lei ou regulamento aplicáveis
- b) Asseguração razoável é um nível elevado de segurança, conseguido quando o auditor obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir a um nível aceitavelmente baixo o risco de auditoria.
- c) O conceito de materialidade é aplicado pelo auditor no planejamento e na execução da auditoria, e na avaliação do efeito de distorções identificadas sobre a auditoria e de distorções corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis
- d) Ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude, bem como uma avaliação crítica das evidências de auditoria obtidas.
- e) O auditor deve exercer julgamento profissional ao planejar e executar a auditoria de demonstrações contábeis.

62. O objetivo do auditor independente é aceitar ou continuar um trabalho de auditoria somente quando as condições em que esse trabalho deve ser realizado foram estabelecidas por meio de(a):

- a) Revisão contratual pormenorizada e carta fornecida pela administração.
- b) Carta de responsabilidade da administração e entendimento dos termos do trabalho.
- c) Entendimento dos termos do trabalho e representação formal fornecida pela administração e, quando apropriado, pelos responsáveis pela governança.
- d) Determinação da existência das condições prévias a um trabalho e confirmação de que há um entendimento comum entre o auditor independente e a administração sobre os termos do trabalho.
- e) Fornecimento de relatório de auditoria e estabelecimento de entendimento dos termos do trabalho,

63. A documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais, dentre as quais NÃO se inclui:

- a) Assistir a equipe de trabalho no planejamento e execução da auditoria.
- b) Assistir aos membros da equipe de trabalho responsáveis pela direção e supervisão do trabalho de auditoria e no cumprimento de suas responsabilidades de revisão.
- c) Permitir que a equipe de trabalho possa ser responsabilizada por seu trabalho.
- d) Manter um registro de assuntos de importância recorrente para auditorias futuras.
- e) Fornecer evidência de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

64. Embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, o auditor está preocupado com a fraude:

a) Que causa distorção relevante nas demonstrações contábeis, sendo tipos pertinentes de distorções intencionais para o auditor as decorrentes de informações contábeis fraudulentas e de apropriação indébita de ativos.

b) Derivada de omissão, desconhecimento ou imperícia.

c) Que causa distorção relevante ou irrelevante nas demonstrações contábeis, sendo tipos pertinentes de distorções intencionais para o auditor as decorrentes de informações contábeis fraudulentas e de apropriação indébita de ativos.

d) Ocasionada por funcionários de nível operacional e, quando apropriado, pelos responsáveis pela governança.

e) Que causa distorção relevante nas demonstrações contábeis, sendo tipos pertinentes de distorções não intencionais para o auditor as decorrentes de informações contábeis fraudulentas e de apropriação indébita de ativos.

65. De acordo com a NBC TA 300(R1), o planejamento da auditoria independente é composto pelas seguintes dimensões:

a) Exames preliminares e programa de auditoria

b) Estratégia global e plano de auditoria

c) Planejamento estratégico e operacional

d) Exames preliminares e plano de auditoria

e) Estratégia global e programa de auditoria

66. As afirmações usadas pelo auditor para considerar os diferentes tipos de distorções potenciais que possam ocorrer nas demonstrações contábeis podem se enquadrar nas seguintes categorias:

a) Ocorrência – transações e eventos que foram registrados ou divulgados ocorreram e tais transações e eventos são da entidade

b) Exatidão - todas as transações e eventos que deviam ser registrados foram registrados; e todas as divulgações relacionadas que deveriam ter sido incluídas nas demonstrações contábeis foram incluídas.

c) Integralidade - valores e outros dados relacionados a transações e eventos registrados foram registrados adequadamente, e respectivas divulgações foram apropriadamente mensuradas e descritas.

d) Classificação - as transações e eventos foram registrados no período contábil correto.

e) Corte - as transações e eventos foram registrados nas contas corretas.

67. Nos termos da NBC TA 450 (R1) - Avaliação das Distorções Identificadas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Antes de avaliar o efeito de distorções não corrigidas, o auditor deve rever a materialidade determinada para confirmar se ela continua apropriada no contexto do resultado efetivo da entidade.

b) O auditor deve determinar se as distorções não corrigidas são relevantes, individualmente ou em conjunto.

c) O auditor deve comunicar as distorções não corrigidas aos responsáveis pela governança e o efeito que elas, individualmente ou em conjunto, podem ter sobre a opinião no seu relatório de auditoria, a menos que seja proibido por lei ou regulamento.

d) Distorções projetadas são aquelas decorrentes de julgamento da administração, incluindo aquelas relacionadas a reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.

e) Distorção factual é aquela que não deixa dúvida.

68. Quando o auditor envia cartas de solicitação para terceiros de fora da entidade em busca, especialmente, da confirmação de saldos contábeis e seus elementos, está efetuando o procedimento denominado:

a) Inspeção

b) Observação

c) Cálculo contábil

d) Conciliação de saldos contábeis

e) Confirmação externa

69. A competência, habilidades e objetividade de especialista do auditor são fatores que afetam significativamente se o trabalho do especialista do auditor será adequado para fins da auditoria. Nesse contexto, assinale a assertiva CORRETA:

- a) Objetividade refere-se à capacidade do especialista de exercer a referida competência nas circunstâncias do trabalho.
- b) Habilidade refere-se aos possíveis efeitos que a tendenciosidade, o conflito de interesse ou a influência de outros podem ter sobre o julgamento profissional ou comercial do especialista.
- c) Competência refere-se à natureza e ao nível de especialização do especialista.
- d) Os fatores que podem influenciar a competência incluem, por exemplo, a localização geográfica e a disponibilidade de tempo e de recursos.
- e) Ao avaliar a objetividade de especialista externo do auditor, não é relevante indagar à administração da entidade sobre quaisquer interesses ou relações conhecidas que essa entidade tem com esse especialista externo que podem afetar sua objetividade.

70. Nos termos das normas de auditoria, o auditor deve expressar uma “Opinião com ressalva” quando:

- a) Não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e ele concluir que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados.
- b) Tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.
- c) Tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
- d) Em circunstâncias extremamente raras envolvendo diversas incertezas, concluir que, independentemente de ter obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre cada uma das incertezas, não é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis devido à possível interação

das incertezas e seu possível efeito cumulativo sobre essas demonstrações contábeis.

- e) Julgar pertinente retirar-se do trabalho.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Receita-Federal-25-07>

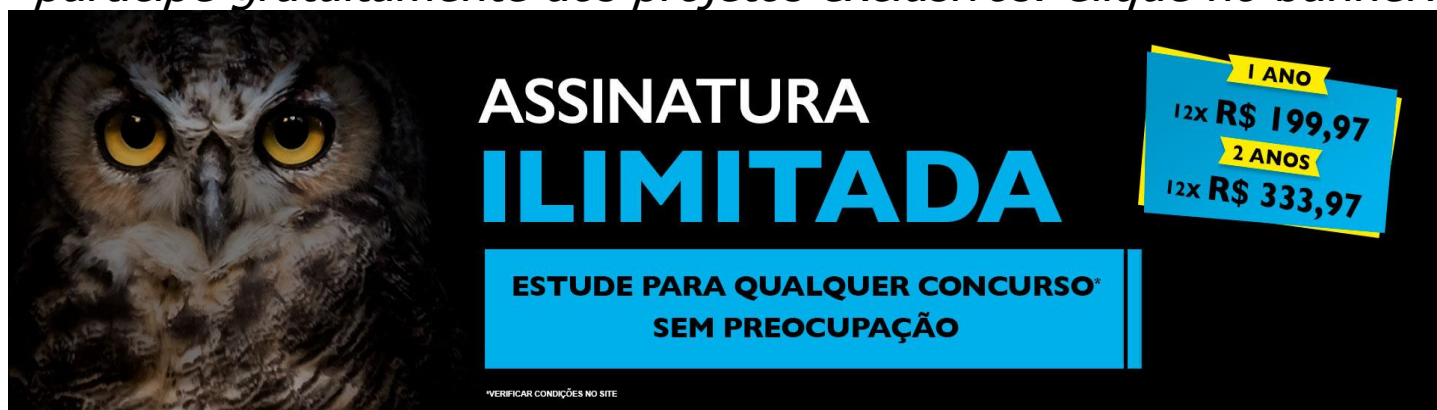
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



ASSINATURA ILIMITADA

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE